

DYONELIO MACHADO, JOAQUIM NABUCO E JOSÉ DE ALENCAR

“INTÉRPRETES DO IMPÉRIO”

Fernando Simplício dos SANTOS¹

RESUMO: Em primeiro lugar, a meta deste artigo é resgatar algumas considerações de José de Alencar (1829-1877) e de Joaquim Nabuco (1849-1910) acerca do regime escravocrata no Brasil, a partir de uma análise das obras *Cartas a favor da escravidão* (1867) e *O abolicionismo* (1884), respectivamente do primeiro e do segundo autor. Em outro patamar significativo, a proposta é averiguar a maneira pela qual a questão em torno da escravatura está delineada no romance *Deuses econômicos* (1966), de Dyonelio Machado (1895-1985). Assim, este trabalho visa problematizar os pontos de vista de cada um desses intérpretes, sobretudo interligando certa lógica de dominação a um ideal em torno da concepção de civilização.

Palavras-chave: *Deuses econômicos*; Joaquim Nabuco; José de Alencar; escravidão antiga e moderna.

RESUME: D’abord, ce travail a pour but de présenter quelques considérations sur l’esclavage au Brésil à partir de la lecture de l’œuvre intitulée *Carta a favor da escravidão* (1867), de José de Alencar (1829-1877), et de l’ouvrage *O abolicionismo* (1884), de Joaquim Nabuco (1849-1910). Ensuite, l’objectif de cet article est d’examiner la façon selon laquelle l’esclavage est représentée dans le roman *Deuses économiques* (1966), de Dyonelio Machado (1895-1985). Ainsi, cet essai évalue le point de vue de chaque auteur, en analysant comment la logique de domination est liée à un paradoxe à propos du concept de civilisation.

Mots-clés: *Deuses econômicos*; Joaquim Nabuco; José de Alencar; esclavage ancienne et moderne.

1. A perspectiva em questão

A partir de 1867, sob o pseudônimo do filósofo Erasmo de Roterdã e pautado nos ideais do Partido Conservador, José Alencar enviara suas *Novas cartas políticas* ao imperador Dom Pedro II, a fim de persuadi-lo da importância monetária em torno da exploração do trabalho escravo, concebendo-o, portanto, como um instrumento necessário para garantir “o progresso” ou o “desenvolvimento da nação²”. Isso porque, desde 1864, devido à intensa pressão internacional, sobretudo acarretada pela crise do sistema econômico escravagista e pela consequente ascensão do capitalismo, o monarca brasileiro entendia que talvez a emancipação dos escravos fosse financeiramente viável para o Império. Em meio à discussão, entre outros temas expostos em suas epístolas, Alencar ainda tentava explicar, artificiosa e

¹ Doutorando do curso de pós-graduação em Teoria e História Literária (IEL-UNICAMP). Orientador: Dr. Francisco Foot Hardman. E-mail para contato: wertysantos@yahoo.com.br. Este trabalho faz parte da pesquisa intitulada “Fluxo e refluxo: história, alegoria e política em Dyonelio Machado” e conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Para outros detalhes sobre o contexto histórico em que Alencar escreveu as missivas ao imperador, vide, por exemplo, a introdução de Tâmis Parron feita para o livro *Cartas a favor da escravidão* (2008, pp. 9-36), publicado anteriormente como *Ao imperador: novas cartas políticas* de Erasmo. No volume organizado por Parron, a primeira, a quinta e a sexta epístolas versam sobre as ordens do imperador sobre Guerra do Paraguai, já a segunda, a terceira e a quarta missivas abordam a atitude de D. Pedro I a respeito da escravidão.

retoricamente, a possibilidade de inserção social de um ex-cativo e de seus filhos, pois, num futuro próximo, ocorreria a gradual ou natural extinção da escravatura devido à inevitável miscigenação sociocultural (tal como determinados líderes de outros países daquele período também previam). Por conta disso, para o romancista, a nação não precisava abdicar imediatamente do trabalho forçado dos “povos legalmente conquistados”.

Valendo-se das artimanhas da retórica clássica, não é difícil perceber que Alencar delimita a sua concepção escravagista, valorizando um projeto de civilização que *milenarmente* é vinculado à dominação humana e à ambição econômica. Assim, para este escritor, a escravidão “é uma forma, rude embora, do direito; uma fase do progresso; um instrumento da civilização, como foi a conquista, o mancípio, a gleba... Se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossível” (ALENCAR, 2008, p. 65-6). É nesse sentido que, em suas missivas, ele também evoca a história de grandes potências: como, por exemplo, nas vezes em que relaciona as conquistas da Roma antiga à moderna ideologia imperialista³, com intuito de demonstrar a eficácia e a “atualidade” do sistema escravocrata, uma vez que este, sobretudo no caso do Brasil, amenizava a escassez de mão de obra. Ademais, da leitura das cartas de Erasmo, é plausível subtender que inúmeras realizações ou práticas culturais só foram possíveis por causa da escravidão: a herança dos gregos talvez seja um dos melhores exemplos disso. Em suma, para o autor d’*O Guarani*, esse tipo de organização fundamentada na instituição do cativo ainda vigoraria por muitos séculos, pois *dela* a estabilização monetária do país seria inevitavelmente dependente.

Não sem razão, segundo alguns historiadores, a decadência do Império Brasileiro se acentuou com as consequências da Lei Áurea (1888), até que a proclamação da República (1889) fosse concebida como um dos únicos recursos viáveis para amenizar a crise. Antes disso, entre 1860-70, instaurou-se no Brasil um forte ideal de luta em prol da reestruturação social e política. Nesse sentido, a crítica à ideologia monárquica tornou-se cada vez mais contundente, especialmente sob o prisma daqueles que defendiam a reforma nacional, tais como: Tavares Bastos, Rui Barbosa, Luís Gama, Castro Alves, Antônio Bento, Perdígão Malheiro e, de forma muito peculiar, Joaquim Nabuco.

Nas décadas de 70-80, o pensamento de Nabuco seria fundamental para o questionamento do “aparelho servil”, ainda que muitos escritores destaquem que, para compreender as suas ideias políticas, é preciso avaliar a sua correlação com o conservadorismo relativo à monarquia, especialmente advindo de parte de estudos feitos por

³ Cf., por exemplo, Alencar (2008, pp. 69-70).

Nabuco das fontes inglesas. Mas, bem como Alfredo Bosi salienta (2010, p. 314-6), antes de tecer qualquer tipo de julgamento precipitado a respeito das obras do autor de *Minha formação*, é necessário excluir o livro *O abolicionismo* (1883-4) dessa vertente considerada conservadora. Neste último texto, Joaquim Nabuco ressalta que o regime escravocrata era um paradoxo que impedia o Brasil de desenvolver-se plenamente; que acabar com a escravidão seria imprescindível para qualquer pátria atingir o *status* de civilização. Sob o seu ponto de vista, apesar da instituição do cativo situar as bases da economia, da organização política, além de contribuir com a formação do país (por exemplo, reconhecendo a importância da mestiçagem para a constituição de nossa heterogênea e rica nacionalidade), para este escritor, as inúmeras discrepâncias recorrentes na história da sociedade brasileira provinham justamente deste mecanismo escravagista. Nesse sentido, Nabuco enfatiza que “a africanização do Brasil pela escravidão é uma nódoa que a mãe-pátria imprimiu na sua própria face, na sua língua, e na sua obra nacional verdadeiramente duradoura que se conseguiu fundar” (2000, p. 99), criticando, dessa maneira, uma “das maiores heranças” deixadas por Portugal, inclusive, por vezes, questionando radicalmente a própria Igreja Católica Romana⁴, por causa da sua omissão perante séculos de subjugação humana.

Não é exagero afirmar que, pretendendo acabar com a relação entre amo e escravo, Nabuco examinava o *sistema servil* por intermédio de uma perspectiva moderna ou até mesmo revolucionária para a sua época, indagando contundentemente certas vertentes que tratavam do assunto, tais como: a política e a econômica ou a religiosa e a cultural, já que ele não só avaliava minuciosamente a situação do homem negro diante da escravidão, mas também a compreendia a partir de inúmeras relações de *influência* ou de *poder*. Isso porque, conforme Nabuco, todos aqueles que de certo modo fossem controlados ou dependessem do contraditório processo “econômico da servidão” seriam irremediavelmente considerados escravos. Por assim dizer, em *O abolicionismo*, ele enfatiza que

a palavra escravidão é tomada... em sentido lato. *Esta não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital e clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado, enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão sujeitos; e por último, o espírito, o princípio vital que anima a instituição toda, sobretudo no momento em que ela entra*

⁴ Cf. Nabuco, *op. cit.*, p. 13.

a reear pela posse imemorial em que se acha investida, espírito que há sido em toda a história dos países de escravos a causa do seu atraso e da sua ruína. (NABUCO, 2000, p. 4, grifos nossos)

Mesmo direcionadas para um contexto ou assunto específico, as reflexões de José Alencar e de Joaquim Nabuco se entrecrocaram e nos auxiliam na compreensão de impasses ideológicos acerca de uma das maiores incoerências que assolou durante séculos e talvez, infelizmente, ainda assole não apenas a história do nosso país. É importante frisar que a comparação entre as *Cartas a favor da escravidão* e *O abolicionismo* é apenas um dos numerosos exemplos dos impasses ocorridos na segunda metade do século XIX, sobretudo entre reformistas versus conservadores.

Não por acaso, Moses Finley nota que a problemática em torno da escravidão “encontra as suas raízes profundas num grande conflito ideológico”(1991, p. 13). No caso nacional, o citado embate sempre girou em torno do atraso *versus* o progresso, do Brasil em face de outras nações “mais civilizadas”. Em suas *Novas cartas políticas*, mesmo tentando vincular forçadamente o escravismo ao “desenvolvimento” ou à “modernidade” do Império Brasileiro, o ponto de vista de José de Alencar (2008, p. 90-1) é categórico: ele pretende explicar as vantagens do sistema servil, por vezes insistindo em defender a sua paradoxal superioridade em relação a outros mecanismos econômicos já em vigor na época; ao mesmo tempo observa que a escravidão sempre esteve vinculada “à lógica da civilização”. Aqui, é importante reiterar também que essa concepção não está apenas direcionada à monarquia nacional, mas, sobretudo na segunda epístola que Alencar enviara a Dom Pedro II, ela tende a sondar historicamente os feitos sociais e econômicos de diversos povos que recorreram à escravidão.

Por seu turno, Joaquim Nabuco não só avalia as causas da escravidão na sociedade brasileira, mas também busca prever as suas amplas e drásticas consequências, ressaltando que o “homem não tem direito sobre outro homem”. É por essa razão que, para o escritor d’*O abolicionismo*, não bastava apenas eliminar a “servidão” do território nacional, porém também era necessário acabar com todas as bases (ideológicas ou não) que secularmente a sustentaram como um cruel mecanismo político dominador. Em síntese, se, em suas cartas, Alencar tenta resgatar a história dos feitos imperiais ou das grandes potências econômicas, exclusivamente estabelecidas com a conquista do trabalho escravagista, por sua vez, o pensamento de Nabuco representa contundentemente o cunho ideológico que demarcaria o fim do Império. Mesmo assim, uma de suas principais perguntas passa pela seguinte assertiva: como seria possível ser “livre” em um lugar onde sempre a escravidão foi valorizada?

Por muito tempo, algumas das propostas de determinados abolicionistas não foram consolidadas, porque não havia liberdade completa em um ambiente no qual os principais objetivos da classe dominante ou dos governantes ainda estavam voltados para exploração econômica do homem. É necessário relembrar também que, logo após a abolição, embora o trabalho assalariado tivesse adquirido destaque, o ex-escravo ainda era um “problema político”, pois continuou excluído socialmente⁵; os tão almejados projetos republicanos deixavam de lado um plano eficaz para inserção social do recém-liberto. A decepção em torno da República levou Nabuco a reavaliar o seu próprio projeto libertário, principalmente em *Minha formação*. Neste ponto, é preciso apontar para um traço simbólico que marcou boa parte da geração do compositor d’*A escravidão*: semelhante àquilo que Francisco Foot Hardman (2009, p. 226) denomina, em seus escritos, de “As desilusões do progresso”, sobretudo referindo-se aos desencantos em torno de um modelo *não ideal* de República ou de uma revolução que, em âmbito nacional, não foi totalmente consolidada. Em outros termos, os exemplos de República e de revolução que povoaram o imaginário de certos autores do fim do século XIX e início do XX, não chegaram a vigorar no Brasil da época, mesmo com determinadas transformações ocorridas nos setores sociais, políticos e culturais. Daí provém um desencantamento que está presente nos escritos de Silva Jardim, Raul Pompeia, Gonzaga Duque, Euclides da Cunha, entre outros.

Ao confrontar o pensamento político e histórico de Joaquim Nabuco e de José de Alencar, pretendemos introduzir algumas questões que serão bem mais detalhadas na segunda parte deste artigo, relativa à análise do romance *Deuses econômicos* (1966), de Dyonelio Machado. Sob tal perspectiva, avaliando a maneira pela qual a literatura retoma, filtra ou reforça determinada crítica contra a escravidão, verificaremos o modo como este primeiro livro da trilogia – que é composta por *Sol Subterrâneo* (1981) e *Prodígios* (1980) – questiona o “Antigo Império Romano”, ao mesmo tempo em que faz alusões à história do Brasil ou à do imperialismo moderno. Em meio a outros aspectos, também retomaremos o citado ideal que gira em volta da concepção de civilização ou diz respeito à histórica aniquilação e subjugação do homem, a fim de examinar de que forma a representação da passagem de “um mundo antigo” para “um mundo moderno” traz consigo inúmeras transformações. Só que, em *Deuses econômicos*, tais mudanças de *fin de siècle* não problematizam apenas temas do início de

⁵ Nesse sentido, Alfredo Bosi (2010, p. 343-4) observa que Joaquim Nabuco reivindicou a favor de uma ampla reforma empregatícia e educacional a fim de acabar totalmente com os vestígios do cativo nacional. Com isso, assim que chegassem ao Brasil, os imigrantes europeus teriam um lugar mais democrático para viver, já que este estaria fundamentado no trabalho de mão-de-obra livre e com remuneração justa. No entanto, tais ideais também não foram concretizados.

nossa era⁶, mas também adquirem poética e alegoricamente um cunho *atemporal*.

Nesse sentido, apoiamo-nos em certas observações do livro intitulado *Devant le temps: histoire de l'art et anachronisme des images* (2005), no qual o autor Georges Didi-Huberman analisa certa poética da “longa duração” ou da “instantaneidade”. Da leitura deste texto, entre outras características, podemos destacar a seguinte questão: de que forma devemos interpretar uma imagem já muito distante no tempo e no espaço? O pensador francês propõe um tipo de leitura atemporal a partir de um trabalho da memória. Assim, as imagens não só seriam analisadas no *passado*, resgatando o ponto de vista do momento em que foram criadas, mas também passariam a representar traços que as impulsionariam para o *presente* e até mesmo para o *futuro*. E ao passo que o intérprete e o expectador estão presos a uma temporalidade e a um lugar específicos, as imagens sempre expressarão uma força transcendente. Trata-se de uma outra forma de repensar o anacronismo, valorizando a relação entre espaço e imagem, mas coordenada, sobretudo, pela função do tempo. Embora não retomemos aqui explicitamente essas ideias, elas também dão suporte teórico ao presente trabalho.

2. Três intérpretes do “Império”

O livro *Deuses econômicos* representa as incoerências concernentes à escravidão de forma *sui generis*, já que problematiza os impasses entre o Império Romano e a ascensão do cristianismo – especificamente direcionando a focalização narrativa para o contexto que abrange o Principado de Nero (54-68 d.C) e a difusão dos preceitos religiosos, propagada pelo Apóstolo São Paulo. Não por acaso, religião, política e mitos se fundem, contrastando com um pensamento crítico ou artístico tradicionalista. Na produção literária de Dyonelio Machado, embora o imperador admita a hegemonia da livre circulação monetária, priorizando os benefícios sustentados pelo desenvolvimento socioeconômico, o que se sobressai é a ambição pela conquista, firmada em variados *níveis de escravidão*. Por essa razão, em um mundo em que as normas sociais passam a ser regidas apenas pelo lucro, além da “espiritualidade” (definida aqui por um ritual que visa fortalecer a fé) perder o seu fator de transcendência, a liberdade torna-se praticamente impossível.

Bem como destaca Fábio Duarte Joly (2004), dentre os historiadores da Antiguidade greco-romana, Tácito é aquele que desvencilha pormenorizadamente a relação entre escravos e libertos do domínio doméstico, transpondo-a amplamente para o nível “estatal” e revelando

⁶ Para mais detalhes sobre o assunto, vide o artigo “Alegorias da violência política nos romances da *trilogia romana* de Dyonelio Machado”, disponível no site: http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie03/art_05.php

a presença da escravidão até mesmo nos mais elevados órgãos públicos e em outras instâncias sociais. Por assim dizer, o que se destaca é uma reavaliação da “hierarquia do poder”. É nesse sentido que o historiador Joly conceitua a metáfora taciteana sobre a servidão. Ao retornar a perspectiva literária para o passado, adiante veremos como o livro *Deuses econômicos* dialoga com *instâncias* ou *níveis de escravidão*. E, tendo como horizonte as questões observadas nas obras de Nabuco e Alencar, um de nossos objetivos é averiguar a maneira como a narrativa em pauta problematiza a relação entre senhor, escravo e homem livre, especificamente sob o viés dos personagens Evandro, Lócrio e Areopagita.

Na Antiguidade, “o povo não existia. O que hoje é chamado de povo, simplesmente, era considerado como escravo⁷”. Excluído do bojo social, o escravo não tinha direito ao voto ou de participar de quaisquer tipos de atividades políticas, pois estas eram exclusivamente destinadas aos “homens livres”. Enquanto estes criavam ou dispunham das leis, aquele era visto como um objeto, como uma propriedade ou até mesmo como um animal. Na Era Medieval e na Moderna, conheceu-se a figura do servo que, para muitos teóricos, como no caso de Félicité Robert de Lamennais (1782-1854), não se distinguia do escravo antigo. Em oposição às leis antigas, o romance *Deuses econômicos* apresenta uma revolta popular que visa desestabilizar o Império Romano e garantir o direito de igualdade entre os homens. Por essa razão, na trama, os cristãos se rebelam contra as atrocidades comandadas pelo imperador Nero, que chegou a destruir Roma para reerguê-la como símbolo de seu próprio poder.

Na narrativa, a partir da representação desse ambiente repleto de conflitos religiosos e políticos, na medida em que as missivas do apóstolo São Paulo incentivam os socialmente excluídos à luta, surge uma das teses do protagonista filósofo Evandro que versa sobre a extinção do sistema escravocrata, vinculando-o a determinada interpretação econômica da História Universal. Nesse sentido, argutamente ele diz: “mas eu não encaro o fato [escravatura] *de seu lado humano*. Nem mesmo sob o aspecto filosófico. Outros já o fizeram. Os sofistas cansaram-se de martelar que a natureza não faz escravos. Interessa-me as suas consequências econômicas” (Machado, 1976, p. 77). Em outra parte da discussão, o personagem ainda observa que

o criador, o explorador de minas, o industrialista, o agricultor” devem extinguir “completamente a escravatura”, convocar “o operariado livre para o trabalho rural ou urbano” e criar, “dessa forma, *relações econômicas entre ricos e pobres*” [...]. “Esse será o primeiro passo para a estabilidade social”, uma vez que “o trabalho servil deixou a maioria da

⁷ Esta afirmação é uma tradução do trecho do livro *De l'esclavage moderne* (2009, p. 37), de Félicité Robert de Lamennais.

população [...] sem função na sociedade, porque [não tem] significação econômica” (Idem, pp. 76-77, grifo nosso)⁸

A priori, a tese exposta neste último trecho pode parecer totalmente humanitária, ao prever um mecanismo monetário mais justo e ao criticar diretamente o processo de dominação “imperialista”. Porém, o seu argumento problematiza vários temas sociais, políticos e culturais que transcendem os domínios da civilização greco-romana. Por exemplo, quais seriam as consequências econômicas de um “ex-regime” despótico e escravista? No geral, as concepções de Evandro apontam para um caso singular de reificação, sobretudo em uma sociedade onde somente o valor capital e, em decorrência, os mais ricos prevaleceriam. Tal valor passa a sublinhar a crise que destrutura todo o universo ficcional, sendo mais importante do que as questões humanísticas ou religiosas, em especial defendidas pelo cristianismo. O personagem sabe muito bem que, mesmo se a escravidão terminasse com o tempo, o relacionamento interpessoal perderia espaço para outro tipo de afinidade, inseparável do *Homo economicus*⁹: que age egoisticamente em prol dos seus próprios interesses, atuando com o *Homo faber*, cuja função é produzir *unicamente* coisas. Além disso, ao restringir as relações humanas à fabricação de objetos, ao dinheiro e à subjugação humana, ambos desestabilizam a pluralidade da natureza mítica, poética e religiosa, a fim de transformar a técnica ou a matéria em símbolos do poder.

Por sua vez, diante da supervalorização das questões econômicas, o personagem Lócrio faz uma observação *sui generis* em torno de um “*novo tipo de escravo*”: o de aluguel, que somente recebe para sobreviver e para tornar o seu senhor cada vez mais rico, sem possibilidades de ascender socialmente:

Ele recebe um salário, por dia ou por peça. O patrão já nada tem que ver com respeito às suas necessidades de alimentação, vestuário, alojamento. Se não trabalha, não come. E infelizmente é o que se dá, porque não é com... [muito pouco] que um trabalhador pode sustentar a si e a sua família (...) – *em plena era da máquina... é lamentável* (...). O problema está exigindo uma outra solução... a criação de um setor operário forte (MACHADO, 1976, p. 188-91)

Para constituir uma sociedade firmada nos ideais de justiça, de liberdade e de paz, Lócrio adverte que é fundamental reorganizar todos os setores trabalhistas e, para isso, primeiramente o homem tem que ter consciência de sua própria condição de subjugação.

⁸ Os trechos citados foram retirados, esparsa e livremente, das páginas indicadas.

⁹ Sabe-se que o embate entre o *Homo economicus*, o *Homo sapiens*, o *Homo faber* e o *Homo ludens* é milenar. Como observa Edgar Morin (2009, pp. 11-12), apesar das intrincadas definições em torno dessa teoria, em suas relações, está o germen daquilo que há muito tempo o homem conhece como barbárie, situando também “esse lado ‘demente’, produtor de delírio, de desprezo e do que os gregos chamaram de *hybris*, a desmedida”.

Nesse sentido, a constatação de que “a escravidão está conduzindo o mundo moderno para a ruína” (frequentemente repetida em *Deuses econômicos*) deve ser interpretada por meio de suas mais ricas ambiguidades. Isso permite detectar uma das alusões ao contexto histórico geral (relativo ao imperialismo moderno) em que a trilogia de Dyonélio Machado foi elaborada (1954-1966). Peculiarmente, Lócrio não deixa de examinar a sujeição do homem contemporâneo em face do predomínio tecnicista e da impossibilidade de manter relações pessoais, sem deixar de restringi-las a valores econômicos. No romance (1976, p. 210), estes também são vistos por meio da análise da transformação da antiga magia mitológica em poder da “tácita dominação capitalista”, à medida que é recontextualizada, de forma muito singular, a ideologia da “moderna indústria cultural”.

Entre os citados personagens-intérpretes da escravidão, talvez o Areopagita (que, na narrativa, é ocupante de um dos cargos mais elevados da Antiguidade) seja o mais crítico. Ele consegue avaliar alguns dos principais paradoxos do escravismo, como, por exemplo, a submissão (inconsciente ou não) *de todos aqueles* que ajudaram a “civilizar” o “Império”. Conforme a sua apreciação, no momento em que os homens fossem livres, predominaria o mais cruel tipo de servidão. Só que, aqui, diferente da opinião de Evandro, o Areopagita igualmente se considera um escravo – ele sabe que também está à mercê de um sistema cuja função é a de explorar todas as pessoas: sem distinção social, racial ou econômica. Sob o viés deste personagem, paradoxalmente, a escravidão traz consigo a igualdade entre os homens, já que ele coloca todos no mesmo patamar de inferioridade:

No meu sistema, ninguém foge à escravidão. Veja o que ocorre comigo. O meu trabalho é sentar no tribunal, nesse glorioso Areópago de Atenas, que nem César, como todo o seu poder, se atreveu a suprimir, a minha função, estava dizendo, é tomar assento no tribunal e julgar. Pois bem, toda vez que entro no Areópago e que vejo aquela atividade – escribas e juízes curvados sobre os seus papéis, desenhando, uns, caracteres que outros deverão interpretar e aplicar – sempre que me defronto com situação tão excêntrica, eu me faço esta reflexão, que não deixa de ser um tanto desconsoladora: a que transformação última chegou o ato simples, natural e bucólico de caça e pesca... (MACHADO, 1976, p. 222)

Todavia, os vocábulos *caça e pesca* não só dizem respeito aos meios de subsistências, mas sobretudo são utilizados como metáfora: ambos demarcam “o anel de ferro da escravidão, fechando-se à volta de nosso tornozelo” (idem, 1976, p. 222). Dito de outro modo, tal relação metafórica revelaria a recorrente dominação que não deixa de explorar uma necessidade *vital*: mesmo que, com o passar do tempo, as atribuições sociais e trabalhistas modifiquem-se, é impossível fugir de certo sistema monetário que a todos consome até

convertê-los em “bichos” e, assim, despersonalizá-los totalmente. Sob tal prisma, além do protagonista Evandro, os personagens Lócrio e Areopagita também podem ser considerados como singulares intérpretes do “Império”. Mas do imperialismo “antigo” ou do “moderno”? Conforme destacamos, ao retomar a concepção de capitalismo, indústria, proletariado, etc., o “Império” configurado na obra de Dyonelio está relacionado aos mais modernos meios de produção econômica, não deixando de representar e questionar o milenar *ideal de civilização*, especialmente baseado na exploração ou na comercialização do homem. O arcaico e o moderno se entrecrocaram ou se sobrepõem para vivificar a alegoria. Não é sem motivo que, na composição em estudo, existe uma “revolta contra um Estado que admite a ideia monstruosa de que a força possa transformar o homem numa simples *cousa* (ou num *corpo*, como quiserem) – objeto de opróbrio, de vexames, de tráfico” (MACHADO, 1976, p. 84-5). Dessa maneira, a crítica dos três personagens passa pela escravidão antiga, pela instituição do cativo, até questionar vários setores sócio-político-culturais, tanto referentes às formas de dominação estabelecidas no Principado de Nero, quanto concernentes à moderna concepção econômica imperialista.

3. Das entidades míticas aos deuses econômicos

Considerando as reflexões sobre a escravidão no Brasil, esboçadas na primeira parte deste trabalho, pode-se dizer que o exame que os personagens Evandro, Lócrio e Areopagita fazem da “economia da Antiguidade” aponta para um distinto processo de alegorização. Não sem razão, ao avaliar a servidão brasileira antiga ou moderna, Joaquim Nabuco sublinha que o procedimento a partir do qual “a escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durou todo o período do crescimento, e enquanto a nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos”(2000, p. 3). Isso quer dizer que a sociedade brasileira precisa conhecer a história das incoerências socioeconômicas e, sobretudo, as suas consequências para que, em sentido lato, a liberdade possa existir. Semelhante ao que ocorre em *Deuses econômicos*, o ponto de vista de Nabuco é singular porque, suprimindo a relação entre escravidão e servidão, pode abarcar a época do Brasil Colonial, passando pelo Primeiro e Segundo Reinados, até a Primeira República e a moderna nação brasileira.

Como já ficou subtendido, uma das hipóteses que gostaríamos de sublinhar aqui é que em *Deuses econômicos*, em meio a outras constatações, existe uma crítica que, estando

explicitamente direcionada para o *Imperium Romanum*, questiona tanto o atraso econômico, político e social do Brasil Moderno, quanto as discrepâncias do Brasil Imperial, já que, principalmente sob o viés desses três intérpretes ficcionais, compreende-se que a “história nacional” esteve especialmente fundamentada em regimes escravistas ou na exploração capitalista. Portanto, é possível dizer que daí provém uma contundente e peculiar alegoria do país – mas, neste artigo, apenas exemplificamos algumas de suas funções.

Nesse sentido, mencionam-se dois poemas que ajudam a elucidar melhor um dos processos de elaboração artística do romance em questão, pautado na troca de imagens e formas discursivas entre antiguidade e modernidade, república e império, progresso e atraso, entre outros aspectos:

“O Brasil”	“Ao Brasil”	
<p>O que é o Brasil?... Um vasto Império De um povo escravo e quase sem cultura Que humilde se sujeita à ferradura De um governo cruel e sem critério.</p> <p>Aqui o ser honrado é vitupério; Confiar no direito é grã loucura; Pois só pode fazer boa figura Quem for servil ou não passar por sério [...]</p> <p>Eis o que é esta terra dos barões, Na qual se olvidou de toda era Em que a virtude e a honra eram brasões!</p> <p>(Laudelino Rocha, Recife 1879)</p>	<p>Não é com ferros, cadeias Que se conquistas laureais; o povo esmaga os tiranos e cospe a frente dos reis.</p> <p>Que vale o cetro do ferro que vale o manto de ouro? a liberdade do Povo é maior tesouro,</p> <p>Se pr’a nós não há direitos, se p’ra nós não há lei, os pulsos quebrem cadeias esbofeteie-se o Rei.</p> <p>Os filhos d’essas montanhas têm sangue de Briareus. Sim, o povo Americano só tem um Senhor, é Deus.</p>	<p>Nós queremos – liberdade. Igualdade seja a lei; ou não haja rei n’ América ou o Povo seja o Rei.</p> <p>(José P. Ferreira de Oliveira, 1876)¹⁰</p>

Na narrativa de Dyonelio, a exemplo do que ocorre nos dois poemas citados, são formuladas críticas às contradições do “antigo e atrasado Império”, paradoxalmente impostas pelo monarca e pelos seus adeptos em nome de “deus” ou dos “deuses econômicos”. Não por acaso, a imagem do antigo tirano confunde-se com a moderna figura do ditador. A escravidão antiga está estritamente vinculada à servidão moderna ou à exploração capitalista do

¹⁰ Ambos os poemas foram retirados do livro *O patriarca e o bacharel*, de Luís Martins (2008, pp. 44-6).

proletariado. A lei é válida exclusivamente para aqueles que são concebidos como legítimos cidadãos: seja da velha cidade em ruínas, seja da nova metrópole símbolo do poder. Somente a partir da revolução e com a conseqüente destituição do monarca, seria possível acabar com a subjugação. Por tal prisma, anacrônica e criticamente, entre outras observações desenvolvidas na mencionada trilogia, cada argumentação dos personagens Evandro, Lócrio e Areopagita vai pouco a pouco completando o questionamento contra a escravidão, a reificação e a opressão. Mesmo assim, reformulando o que já foi dito, a narrativa de Dyonelio Machado indaga com contundência: *a)* até que ponto, com o fim da escravidão (compreendida em sentido amplo), o homem se tornaria livre; *b)* se a “servidão” estaria somente restrita ao âmbito do cativo; *d)* e se, com a decadência do “Império”, a igualdade entre os homens seria possível.

Representada a partir do resgate histórico do “Império”, a narrativa de Dyonelio traz consigo uma crítica irônica e mordaz, no sentido paradoxal de procurar *vestígios* do moderno naquilo que já está antigo, ultrapassado¹¹. No entanto, ao mesmo tempo, esta formulação sublinha que singularmente a modernidade também pode estar vinculada ao passado: no momento em que, em *Deuses econômicos*, os traços da história (da Antiguidade ou do Brasil Imperial) são recriados ou refigurados, e não apenas adaptados ou reatualizados mecanicamente.

Através da perspectiva de Evandro, de Lócrio e do Areopagita, o passado não está esquecido, mas ele nos ajuda a mapear um questionamento voltado para determinados problemas do presente. Assim, a relação temporal entre a enunciação (1966-1981) e o enunciado (54-68 d.C), pautada pela distância entre o narrador e as peripécias por ele apresentadas, está abolida de forma alegórica, crítica e inventiva. Em sentido profundo, o retorno à nossa Antiguidade diz muito mais coisas do que parece à primeira vista, também ao indagar mecanismos de exploração e ao revelar que, mesmo camuflados sob as “máscaras” de diversas instituições, eles podem retornar. Nesse sentido, tal romance ainda é atual porque não só analisa as contradições do antigo Império Romano; mas também porque a narrativa não traz uma relação previsível entre “exploração” e “economia”, pois cada personagem tende a modificar o condicionamento social e político, sugerindo-lhes a partir da ficção novas normas que visam, até mesmo, deformá-los contundentemente. Desse modo, o “Império” configurado na obra de Dyonelio Machado alegoricamente vai adquirindo *outras* características, as quais transpõem de modo significativo as barreiras temporais.

¹¹ Isso não quer dizer que Dyonelio Machado seja um autor reacionário, mas que sua poética não deixa de recorrer a um mecanismo experimental.

Em suma, a representação crítica do Império Romano sobreposta à história nacional adquire uma dimensão ainda mais inovadora, sobretudo, na medida em que são retomadas as análises dos três personagens citados aqui. Em um primeiro nível, é possível detectar, em seus discursos, *alusões críticas* a inúmeros paradoxos acerca do sistema escravocrata: sejam aqueles que muitas vezes foram silenciosamente presenciados por autoridades do governo nacional, tais como ex-imperadores ou até mesmo ex-representantes do clero; sejam aqueles ocorridos na Antiguidade. Em outro patamar, os seus pontos de vista também apontam para novas formas de dominação, às vezes ampliando o “conceito de escravidão”. Além disso, à sua maneira, esses intérpretes também ajudam a refletir sobre a possibilidade de o indivíduo reconquistar a liberdade, tornando-se agente de sua própria *história*. Concebida em variados níveis, a escravidão poda aquilo que é imprescindível para o ser humano – aspecto este muitas vezes esquecido pelos discursos em torno do “progresso conservador”, como no caso de José de Alencar. Com efeito, em *Deuses econômicos*, a liberdade é configurada como a mais importante conquista do homem: mais do que a civilização e mais do que o dinheiro, pois, entre outros motivos, este também é representado pela ascensão das relações sociais e econômicas *versus* o ofuscamento das afinidades interpessoais.

Não por acaso, devido à escravidão, “floresceu o mundo antigo – o helenismo. Sem a escravidão, seriam inconcebíveis o Estado, a arte e a ciência dos gregos; sem a escravidão, o Império romano não teria existido. E sem as bases do helenismo e do Império romano, tampouco haveria de construir-se a Europa moderna” (MARX & ENGELS, 2010, p. 178). De certa maneira, em suas *Cartas a favor da escravidão*, José de Alencar está pautado, sobretudo, por esta ideia que junta escravidão e desenvolvimento. Entretanto, como a presente análise pretendeu sugerir, na narrativa de Dyonelio Machado, tal ideal em torno da concepção de civilização é posta em xeque, pois a escravidão deixa de ser vista como base primordial do processo econômico ou, até mesmo, cultural.

Um estudo minucioso de sua etimologia destaca que a palavra civilização pode ser compreendida ora por um significado de magnificência, ora por uma acepção de decadência. Diferentemente do que predominava na Antiguidade, na sociedade moderna cada forma de governo tem: “sua civilização própria, mas que, em vez de abolir a violência das sociedades ‘primitivas’, lhes perpetua a brutalidade sob aparências enganadoras. Em lugar de uma barbárie de face descoberta, as civilizações contemporâneas exercem *uma violência dissimulada*” (STAROBINSKI, 2001, p. 19, grifo nosso) – esta definição corresponderia àquele tipo de domínio sutil, mas que afeta violenta e imperceptivelmente os setores sociais, econômicos e culturais como um todo.

Ao retomar os debates em volta do(s) conceito(s) de civilização, e a partir da leitura proposta de *Deuses econômicos*, o sentido de desmistificar as “falsas ideologias” passa necessariamente pela reformulação *crítico-literária* que é principalmente sugerida pela própria obra, mas sem excluir a sua relação com outros discursos, como, por exemplo, o histórico e o filosófico. Sob tal enfoque, apoiando-nos nas observações teóricas de Antoine Compagnon (2007), podemos dizer que a arte de Dyonelio Machado apresenta-se como uma arte *desregrada*, isto é, não obedece rigidamente a um sistema, além de contribuir para repensar o lugar da literatura na sociedade contemporânea.

Enfim, aparentemente tratando de temas que apenas diriam respeito à Antiguidade, um dos objetivos deste trabalho é demarcar as seguintes perguntas: *a)* Como o romance *Deuses econômicos* poderia concentrar em sua estrutura uma preocupação com algumas questões referentes ao Brasil ou “com o instinto de nacionalidade?” *b)* Até que ponto a obra de arte teria que estar obrigatoriamente vinculada a episódios e a causas contextuais específicas ou não? *c)* Por que o anacronismo, *a priori*, desqualificaria uma produção literária? De certa maneira, também visando responder a essas questões, Machado de Assis (1913, p. 14) já observava incisivamente que “o que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço¹²”. Ou seja, a literatura transcende porque, entre outros motivos, ela tem a capacidade de despertar a humanidade ou de sugerir caminhos para o pensamento crítico, independentemente da época em que foi composta ou de temas por ela representados.

Referências

ALENCAR, J. **Cartas a favor da escravidão**. (Org.: T. Parron). São Paulo: Hedra, 2008.

BOSI, A. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Campanha das Letras, 2010.

_____. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos Avançados**, IEA/USP, v.2, n.3, set.-dec. 1988, pp. 04-39.

CANDIDO, A. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

¹² Em outro trecho de seu célebre artigo, ao tratar da relação entre literatura, anacronismo e nacionalidade, Machado ainda ressalta que “neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que [ele tem] por errônea: é que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura” (idem, 1913, p. 12).

- COMPAGNON, A. **La littérature pour quoi faire?** Paris: Collège de France; Fayard, 2007.
- DIDI-HUBERMAN, G. **Devant le temps: histoire de l'art et anachronisme des images.** Paris: Les Éditions minuit, 2005.
- FINLEY, M. I. **Escravidão antiga e ideologia moderna.** Tradução Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GENOVESE E. D. **Esclavitud y capitalismo.** Tradução Ángel Abad. Barcelona: Ediciones Ariel, 1971.
- HARDMAN, F.F. **A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- JOLY, F. D. **Tácito e a metáfora da escravidão.** São Paulo: EDUSP, 2004.
- Lamennais, F. R. **De l'esclavage moderne.** (Présentation par Michel Löwy). Paris: Éditions le passager clandestin, 2009.
- MACHADO, D. **Deuses econômicos.** Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1966.
- _____. **Deuses econômicos.** 2. ed. Porto Alegre: Editora Garatuja, 1976.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. A. J. Instinto de nacionalidade. In: ALENCAR, M (Org.). **Crítica por Machado de Assis.** 3. ed. Rio de Janeiro; Paris: Livraria Garnier, 1913, p.7-28. (Collecção dos autores celebres da literatura brasileira)
- MARTINS, L. **O patriarca e o bacharel.** 2. ed. São Paulo: Alameda, 2008.
- MARX, K.; Engels, F. **Cultura, arte e literatura.** Tradução José Paulo Neto e Miguel Makoto C. Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MORIN, E. **Cultura e barbárie europeias.** Tradução Daniela Cerdeira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- NABUCO, J. **O abolicionismo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- STAROBINSKI, J. **As máscaras da civilização.** Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TÁCITO. **Anais.** Tradução J. L. Freire de Carvalho. São Paulo; Rio de Janeiro; Porto Alegre: W. M. Jackson, 1950.